

As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização

Sofia Mexia Alves Moura Faria

sofia_mf5@hotmail.com

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto. Frequenta actualmente o Mestrado em Psicologia na mesma Faculdade, na área de especialização de Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante

Ana Gabriela Barbosa Salgueiro

grubia_@hotmail.com

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto. Frequenta actualmente o Mestrado em Psicologia na mesma Faculdade, na área de especialização de Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante

Maria Luísa da Mota Teixeira Ribeiro Trigo

mtrigo@porto.ucp.pt,

Assistente da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto

Isabel Maria Marques Alberto

isamaria@fpce.uc.pt

Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Faria, S., Salgueiro, A. G., Trigo, L. R. & Alberto, I. (2008). As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização. Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e realizado na Universidade do Minho.

Resumo

O presente trabalho pretende contribuir para a compreensão das vivências associadas à institucionalização na infância, através do olhar de adolescentes institucionalizadas que foram retiradas às suas famílias biológicas por se encontrarem em situações de perigo. O estudo centra-se na análise das narrativas de seis adolescentes sobre as suas vivências de institucionalização, tendo como principais objectivos: a) perceber como é que as adolescentes narram a sua experiência de institucionalização; b) perceber como é que estas representam o fenómeno da institucionalização em geral; c) compreender como é que as adolescentes encaram o estigma associado à institucionalização.

Nesta investigação qualitativa a metodologia utilizada foi a entrevista individual semi-estruturada, aplicada a seis sujeitos do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, numa instituição situada na Área Metropolitana do Porto. Foi realizada uma análise de conteúdo temática, tendo sido criadas as seguintes categorias: trajectória passada, recepção e acolhimento, relações de afecto e suporte, situação escolar, perspectivação do futuro, autonomia, satisfação/insatisfação, ambiente na instituição, regras e castigos, relações privilegiadas dentro da instituição, fuga, discriminação social, representações da

comunidade sobre as crianças institucionalizadas e representações da comunidade sobre as instituições de acolhimento.

São apresentados e discutidos os resultados relativos às diversas categorias de análise. Salientamos o facto de todas as adolescentes afirmarem que preferiam ficar na instituição, mesmo que lhes fosse dada outra opção (por exemplo, estar com a “família de afecto”, família biológica, ou outra instituição). Referem ainda que, apesar de estarem insatisfeitas com alguns aspectos da institucionalização, consideram-se satisfeitas na generalidade com a sua experiência. Estes resultados contrariam a visão pessimista que encontramos com frequência na literatura e nos discursos existentes neste domínio, o que nos remete para a importância de serem revistas as representações associadas a esta temática.

Palavras-chave: institucionalização; narrativas de adolescentes; estigma; satisfação/insatisfação

1. Enquadramento teórico

A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou negligência no contexto familiar é um tema que tem gerado muita controvérsia, com a comunidade e os profissionais a tomarem posições antagónicas, entre o indiscutivelmente a favor e o decididamente contra. Contudo, a investigação que possa trazer uma análise mais objectiva e clara desta problemática é ainda bastante escassa. A literatura existente sobre as instituições para a infância e adolescência incidem geralmente sobre a área da saúde (e.g. hospitais, clínicas) ou da reeducação de adolescentes delinquentes. As instituições de acolhimento de crianças/adolescentes vítimas de maus-tratos têm merecido pouca atenção por parte da comunidade científica, no entanto, os dados disponíveis através do estudo desenvolvido em 2000, pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, apontam no sentido de, na maior parte das situações, as problemáticas que levam à institucionalização se referirem a maus-tratos (Magalhães, 2005). Esse estudo mostra que os processos instaurados em 1998¹ e em 1999² se referem a negligência e abandono (65,8%), a abusos físicos e psicológicos (28,7%) e a abuso sexual (5,5%).

Assim, parece-nos importante não negligenciar o papel que as instituições têm no nosso país, no acolhimento de crianças e adolescentes, e partir para análises mais detalhadas da problemática.

Segundo Silva (2004, p. 95), “a convivência institucional possui características, específicas, em princípio, inultrapassáveis, como por exemplo, ser quase sempre mais alargada do que a familiar; decorrer entre crianças e jovens que sofreram adversidades, (...); ser mais fechada em relação ao mundo exterior do que aquela que, em geral, as famílias proporcionam; impor rotinas mais rígidas do que as que têm lugar numa casa familiar; oferecer menos oportunidades para adquirir ou praticar novas aptidões, bem como para reforçar ou elogiar”. Quais são então os benefícios que as instituições podem trazer a estas crianças? E quais são os seus limites? Que riscos poderão estar associados à institucionalização?

Uma dimensão que importa desde logo considerar é o estigma social da pessoa institucionalizada. Essa estigmatização pode variar consoante as características da instituição, que podem contribuir para exacerbar ou amenizar essas consequências. As crianças apresentam uma maior percepção de estigma quando foram institucionalizadas contra a sua vontade, o que remete para a importância do processo de entrada e

acolhimento na instituição, tendo mais cuidado em informar a criança dos procedimentos adoptados e em preparar o momento da sua chegada ao lar (Colton et al., 1997).

O estigma representa, na maior parte dos casos, uma dupla exclusão e vitimação – por um lado porque são vítimas de maus-tratos e, por outro, são vítimas da marginalização social – assim, o estigma parece ser o “preço” relativo ao uso dos serviços que uma instituição de acolhimento providencia (Colton et al., 1997). Tal acontece porque há a crença de que os utentes das instituições são mais ou menos culpados das falhas que os levaram até ali, ao invés de serem preconizadas medidas de reintegração e intervenção social de apoio. Enquanto alunos, são mais facilmente apontados como focos da indisciplina escolar e objecto de medidas que acabam por os afastar das escolas, criando um fosso de distanciamento dificilmente ultrapassável (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005). Um exemplo de comportamento que cria esta distância é o descrito neste Relatório Final (p. 37): “Com alguma frequência, de forma consciente ou inconsciente, os professores “recusam” a presença de alunos institucionalizados nas suas turmas!”. Esta forma de manter estes adolescentes à margem cria expectativas de insucesso e acentua comportamentos disfuncionais que podem ir do isolamento à agressão.

Outro aspecto fundamental a ponderar no impacto da institucionalização é o contexto das instituições, a nível da sua estrutura e organização. Entramos na dimensão das regras, horários, tipos de actividades disponíveis, relações entre os profissionais e as crianças/adolescentes, relação com a comunidade envolvente, gestão do equilíbrio entre a individualidade e o grupo (Alberto, 2002). Esta questão da organização interna das instituições assume algum destaque, dado que muitas das crianças que lá são colocadas provêm de contextos familiares de organização caótica, ou seja, em que não há definição clara dos papéis de cada um, nem do funcionamento do sistema familiar, com os dias a sucederem-se por acontecimentos irregulares e imprevisíveis (Alarcão, 2006).

Finalmente, importa também abordar as percepções dos adolescentes sobre a institucionalização e a sua experiência dentro da instituição. Sobre este tópico podemos referir que, num estudo longitudinal realizado na Austrália³, as crianças retiradas das suas famílias biológicas e colocadas quer em famílias de acolhimento, quer em instituições, parecem, de forma geral, satisfeitas com as suas colocações, sentindo-se seguras (Delfabbro, Barber & Bentham, 2002).

Num estudo realizado junto de 1806 antigos residentes em nove diferentes instituições de acolhimento americanas, verificou-se que a maior parte dos inquiridos tinha críticas a fazer em relação às experiências de acolhimento institucional por que tinham passado, nomeadamente ao nível da falta de amor e suporte emocional, mas, apesar disso, mais de três quartos dos sujeitos apresentavam uma perspectiva muito positiva sobre a sua experiência da institucionalização, principalmente no que toca à educação, desenvolvimento de competências, valores, manutenção de laços com os irmãos, sentimento de estabilidade e permanência (McKenzie, 2000).

Alberto (2002), baseando-se nos depoimentos e histórias de vida de adolescentes institucionalizados, conclui que o impacto da institucionalização depende consideravelmente das características das instituições de acolhimento, da comunidade envolvente e das próprias crianças/adolescentes. Todavia, a problemática da institucionalização está mais imbuída de preconceitos e estereótipos que se vão construindo à margem dos reais protagonistas (os sujeitos institucionalizados e os profissionais que trabalham nas instituições) do que de análises menos apaixonadas e mais concretas e objectivas que a investigação pode trazer.

Este estudo pretende então contribuir para a compreensão das vivências associadas à institucionalização na infância, através do olhar de adolescentes institucionalizadas que foram retiradas às suas famílias biológicas por se encontrarem em situações de perigo.

2. Metodologia

Este estudo incide sobre as percepções, atribuições e narrativas que as adolescentes acolhidas em instituição fazem das suas vivências de institucionalização. A investigação neste domínio geralmente apoia-se em questionários e escalas e frequentemente têm como fonte de informação os técnicos/profissionais, pelo que o contributo deste estudo reside neste esforço de identificar como as próprias adolescentes descrevem as suas experiências.

Foram definidos os seguintes objectivos para esta investigação: a) compreender como é que as adolescentes narram a sua experiência de institucionalização; b) compreender como é que estas representam o fenómeno da institucionalização em geral; c) Perceber (se e) como é que as adolescentes encaram o estigma associado à institucionalização.

2.1 Participantes

Participaram nesta investigação seis adolescentes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, que se encontram acolhidas num lar de infância e juventude situado na Área Metropolitana do Porto. Estas adolescentes estão institucionalizadas em média há 8 anos (o tempo mínimo verificado nos sujeitos é de 7 anos e o tempo máximo de 10 anos). Todas apresentam uma história de abuso e/ou negligência. A idade em que foram admitidas nesta instituição varia entre os 6 e os 9 anos. Todas se encontram a frequentar escolas públicas, desde o 7.º ao 12.º ano de escolaridade.

Este lar, orientado por Irmãs de uma congregação religiosa, acolhe mais de 70 crianças e jovens do sexo feminino, desde os 6 anos e até ao início da idade adulta, altura em que as jovens geralmente se autonomizam. Apesar de se tratar de uma instituição com um número elevado de crianças e jovens acolhidas, parece haver um esforço de promover a individualidade de cada criança/jovem. Tal é visível no discurso das entrevistadas: “Cada uma aqui tem as suas coisas, até em relação aos produtos de higiene, roupas, cada uma tem as suas coisas.”; “E as Irmãs até nem gostam que nós, por estarmos aqui num colégio, como as raparigas assim da nossa idade, que dividimos assim as coisas, que emprestemos as coisas, por exemplo, nós temos tendência a trocar e emprestar as coisas e elas nem sequer gostam disso.”

Por outro lado, parece também ser reforçado o convívio e socialização das crianças e jovens, através de momentos estruturados que ocorrem por grupos: “a seguir ao almoço temos sempre uma reunião para dizer se correu bem o dia se não correu”; “Depois, nós, à noite, cada grupo tem o seu...*tamos* todas juntas, *tamos* reunidas, falamos, vemos televisão...”.

2.2 Guião de entrevista

Para dar resposta aos objectivos do estudo, foi construído, no âmbito desta investigação, um guião de entrevista semi-estruturada, intitulado *Guião de Entrevista Semi-estruturada para Adolescentes Institucionalizados*.

Este guião explora três grandes tópicos. O primeiro, relativo à experiência pessoal do adolescente, nomeadamente: a) a trajectória do adolescente até à institucionalização; b) a vivência da institucionalização – que aborda as áreas de recepção e acolhimento, relações de afecto e suporte, situação escolar, individualidade/autonomia, relações do adolescente com o exterior, satisfação/insatisfação; c) a perspectivação do futuro.

O segundo grande tópico refere-se, por um lado, à percepção dos adolescentes relativamente à instituição em que estão inseridos: ambiente; regras e limites; relações privilegiadas (dos técnicos em relação às crianças e jovens); abertura da instituição ao exterior; e tentativas de fuga. Por outro lado, inclui também a percepção geral das instituições de acolhimento, através da comparação das características da instituição em causa com as das instituições de acolhimento em geral.

O terceiro grande tópico diz respeito às percepções que os adolescentes têm das representações da comunidade sobre a instituição e sobre o fenómeno de institucionalização, incluindo: a interacção comunidade-instituição; a percepção de discriminação pela comunidade/meio envolvente; e as representações gerais da comunidade sobre as instituições de acolhimento.

2.3 Procedimentos

As entrevistas foram realizadas numa sala do Lar com total privacidade, tendo sido gravadas em áudio, com o consentimento das adolescentes e após lhes ter sido assegurada a confidencialidade dos dados recolhidos.

3. Análise e discussão dos resultados

Na análise dos dados foram criadas as seguintes categorias: trajectória passada, recepção e acolhimento, relações de afecto e suporte, situação escolar, futuro, autonomia, satisfação/insatisfação, ambiente na instituição, regras e castigos, relações privilegiadas dentro da instituição, discriminação social, representações da comunidade sobre as crianças institucionalizadas e sobre as instituições de acolhimento.

De todas as categorias criadas, escolhemos para apresentar neste artigo aquelas que nos pareceram mais pertinentes, atendendo por um lado ao número de unidades de registo codificadas nessas categorias e, por outro, à relevância teórica para a compreensão do fenómeno de institucionalização.

3.1 Categorias relativas à experiência pessoal das adolescentes

Recepção e acolhimento

Em relação às primeiras impressões das adolescentes, ou seja, o primeiro impacto aquando da entrada na instituição, foram quase sempre negativas (4/6), mas essa sensação modificou-se logo que conheceram crianças do lar com quem brincaram ou que lhes mostraram a casa: “comecei a brincar com elas e comecei a

dar-me melhor com elas e depois... a partir daí já me dava como se já vivêssemos há muito tempo juntas”; a Irmã (...) mandou as meninas para mostrarem a casa, depois fui brincar com elas.”; “Foram muito simpáticas naquela altura.”.

Consideramos que as crianças que tiveram a companhia de pessoas de confiança no primeiro dia de entrada, tais como pessoas da “família de afecto” (famílias que não são de acolhimento mas se disponibilizam a receber as crianças/adolescentes durante os fins-de-semana e férias), a mãe ou até a assistente social, sentiram-se mais acolhidas e bem recebidas. As adolescentes mostraram-se, no geral, “contentes” com o acolhimento, embora, na altura lhes tenha “custado”.

Estes dados são convergentes com os resultados do estudo de Gomes (2005), em que a maior parte dos jovens refere que a recepção na instituição provoca sensações de confusão e medo; contudo, há também casos, ainda que poucos, em que referem que o primeiro impacto foi de alegria – exactamente pela presença de pessoas significativas no primeiro dia de entrada na instituição e pelo acompanhamento de outras crianças e adolescentes nesse primeiro contacto.

Segundo o Dicionário de Psicologia (Doron & Parot, 2001), o acolhimento “é o primeiro momento de um processo intersubjectivo destinado a estabelecer uma dinâmica relacional entre uma pessoa e um interveniente” – neste caso, é o primeiro contacto entre criança/adolescente e instituição – neste sentido, entendemos que este momento vai influenciar, pelo menos nos primeiros tempos, a adaptação à instituição e as relações que estabelece dentro desta.

As adolescentes relataram diferentes processos de acolhimento, mas compreendemos que o processo é menos doloroso para a criança, quando esta visita primeiro o lar (mais uma vez, com a companhia de alguém de confiança) e conhece algumas crianças de quem gosta e com quem brinca e, só mais tarde, entra na instituição: “a minha mãe veio cá uma vez comigo, trouxe-me... falou com a Irmã, apresentou o colégio e assim e... depois fomos *pra* casa. A Irmã ficou a pensar e a minha mãe também, se eu vinha *pra* cá ou não... e depois... quando chegámos a casa eu nesse mesmo dia disse à minha mãe que queria vir *pra* cá. E depois no dia seguinte a minha mãe trouxe-me.”; “eu queria vir porque conheci muitas meninas aqui e achei que isto era divertido e que ia ser uma boa experiência e assim...”. As adolescentes que afirmaram ter conhecido pessoas novas e terem feito “mais amigas” revelaram que a adaptação foi fácil e rápida (5/6); enquanto que a adolescente que disse que não se tinha sentido bem recebida e que tinha feito “poucas amizades” afirmou que a adaptação tinha sido difícil.

Relações de afecto e suporte

As adolescentes referem que se sentem protegidas e seguras na instituição e que estabeleceram relações de afecto quer com as Irmãs e com outros adultos do Lar, quer com as psicólogas, assim como com o resto das crianças e adolescentes também institucionalizadas: “... depois de te começares a habituar vês que tens aqui amigos bons, as irmãs apoiam-nos, costumamos fazer algumas brincadeiras e isso...”

As adolescentes mencionaram que as Irmãs estão sempre “preocupadas” e “atentas”, que procuram sempre ajudá-las na resolução dos seus problemas e transmitir-lhes alguns valores morais: “Se as Irmãs me vêem assim um bocado chateada e ontem *tava* triste, a Irmã chegou logo à minha beira e perguntou logo o que é que se passava comigo”. Referiram também que as relações entre as adolescentes e crianças são “muito boas”, que se ajudam mutuamente.

A maioria das adolescentes (5/6) afirmou que, caso estivesse na sua família biológica, nunca receberia tanta atenção e afecto por parte dos seus familiares e, sendo posta a oportunidade de estar noutra local, referiu que preferia continuar na instituição, até porque lá tem as suas amigas e pessoas em quem confia: "...acho que se estivesse lá [em casa] não tinha assim tanta gente em cima de mim e a apoiar-me e sempre a dizer para eu estudar e a pensar no meu futuro."; "Em casa também sou tratada bem mas em casa não tenho tanta atenção como aqui."

As informações que recolhemos junto das entrevistadas vêm contradizer, claramente, os resultados do estudo coordenado por Gomes (2005), que relata que a apreciação que os jovens fazem, de um modo geral, dos adultos (dentro e fora da instituição) é sentida como negativa ou neutra. Segundo este estudo, os adultos são frequentemente considerados pelos jovens como pouco competentes, sobretudo ao nível do acompanhamento mais personalizado: nos afectos, carinho, acompanhamento e interesse. Apesar destas representações relativamente aos adultos, quando questionados sobre as relações entre as próprias crianças e jovens institucionalizados, estes mencionaram que existe uma relação de amizade e cumplicidade entre eles, muitas vezes chamados como "irmãos" (Gomes, 2005, p. 83) – este relato vem de encontro às representações das adolescentes que entrevistámos.

Se tivermos em conta que as crianças institucionalizadas têm um passado de insucesso e fracasso no estabelecimento de relações interpessoais, passado esse que se caracteriza por sentimentos de insegurança, é esperado que na explicação dos comportamentos haja uma motivação caracterizada pelo medo de rejeição por parte de outros (Youngleson, 1973). Podemos inferir que o tipo de relações interpessoais estabelecidas, dentro ou fora da instituição (com adultos ou crianças), vão ser condicionadas pela trajectória do adolescente, pela qualidade e sucesso/insucesso das relações que estabeleceu no passado, a auto-estima e segurança da criança e adolescente. Assim, quando as competências sociais não são desenvolvidas e reforçadas nas crianças institucionalizadas, há uma diminuição da auto-estima – sendo que esta é já considerada baixa, em grande parte, nos indivíduos institucionalizados (Youngleson, 1973).

A satisfação dos adolescentes em relação à institucionalização e o seu ajustamento psicológico parece estar ligada com as relações interpessoais que se estabelecem entre os próprios adolescentes e entre os adolescentes e os seus prestadores de cuidados, dentro da instituição (Chapman, Wall & Barth, 2004; Legault, Anawati & Flynn, 2006), sendo que muitos destes adolescentes percebem estes "cuidadores" como a sua família (Gardner, 1996).

As relações na instituição de acolhimento parecem ser o grande suporte das adolescentes e esta base é fundamental, principalmente se tivermos em conta que foram crianças que muito sofreram no seu passado, tendo relatado, na maior parte dos casos, situações de maus-tratos e/ou negligência e, conseqüentemente, um insucesso e fracasso repetido de relações interpessoais.

Situação escolar e perspectivação do futuro

Ao analisarmos a situação escolar, o que se salienta é que independentemente da situação actual das adolescentes (alunas com um desempenho académico elevado, médio ou baixo), elas encontram-se melhor do que antes de entrarem para a instituição. Também Chapman, Wall & Barth (2004), relatam que, no seu estudo, a maioria das crianças afirmou que se encontrava a frequentar uma escola melhor e que a situação escolar melhorou.

Todas as adolescentes falaram da importância que é dada à educação e ensino por parte das Irmãs e outros adultos do Lar. A maioria afirma que se não estivesse na instituição não teria chegado tão longe nos estudos e que, provavelmente, se estivesse com a família biológica nem iriam à escola: “Eu acho que nunca tinha chegado tão longe!”; “... e se eu estivesse na minha avó se calhar nem ia para a escola... e tipo, eu tenho muitas capacidades e... e posso demonstrá-las, eu acho que foi muito bom ter vindo para aqui.”.

Relativamente à perspectivação do futuro, todas as adolescentes afirmaram que têm uma ideia do que querem fazer: continuar os estudos, frequentar o ensino superior e sair da instituição só quando as suas vidas estiverem organizadas e quando forem independentes, ou seja, quando tiverem as condições necessárias para viverem sozinhas e se sustentarem (o lar não tem uma idade limite rígida): “Tirar um curso.”; “Primeiro quero ser independente e depois é que saio daqui.”. Para além disso, uma das adolescentes referiu que depois quer construir a sua própria família. Estas afirmações vêm contradizer os resultados do estudo de Gomes (2005), em que nenhum jovem que esteve institucionalizado em grandes instituições reconhece a intencionalidade ou prática de construção de um projecto pessoal.

Satisfação/ insatisfação

Todas as adolescentes afirmaram que preferiam ficar na instituição, mesmo que lhes fosse dado a escolher outro sítio diferente (por exemplo, estar com a “família de afecto”, família biológica, noutra colégio), mesmo afirmando que as relações com as famílias (de “afecto” ou biológica) são boas. As adolescentes apresentaram razões diferentes para preferirem o lar, entre elas: as relações que estabeleceram ao longo da institucionalização, tanto com as amigas como com as Irmãs e, também, com as “famílias de afecto”, o acesso à educação e boas condições de vida, no geral (a maioria referiu que se não estivesse no lar nunca teria “chegado tão longe”).

As adolescentes afirmam que, em casa, os seus familiares não lhes dariam a atenção e ajuda que têm hoje em dia, da parte das Irmãs e das outras pessoas que fazem parte da Instituição (amigas, psicólogas, funcionárias): “Em casa posso *tar* mal, tento não mostrar, mas em casa não percebem isso e aqui acabam sempre por perceber”. Também no estudo coordenado por Gomes (2005), os entrevistados referem a sensação de que podia ter sido pior se tivessem ficado na família.

Muitos factores podem contribuir para a satisfação dos adolescentes institucionalizados: o contacto com as famílias biológicas e/ou famílias de afecto, as relações de afecto e suporte com os prestadores de cuidados da instituição, a relação com o exterior e com a escola, o desenvolvimento pessoal e a transmissão de valores e sentimentos como segurança, estabilidade, protecção e permanência (Chapman, Wall & Barth, 2004; McKenzie, 2000).

As adolescentes que entrevistámos apontaram a falta de liberdade, os horários de estudo, as regras e o facto de não poderem ter algumas coisas pessoais (como telemóveis, MP3 e o dinheiro próprio) como os únicos factores de insatisfação. É de salientar, contudo, o facto de não se verificar a percepção da falta de amor e suporte emocional, apontada como uma das críticas mais frequentes por parte de adultos que tinham estado anteriormente institucionalizados (McKenzie, 2000).

As nossas conclusões relativas a esta categoria divergem com o estudo de Gomes (2005), segundo o qual a apreciação global que os jovens fazem da institucionalização é negativa, havendo um reforço de sentimentos pessoais negativos como revolta, raiva, vontade de fugir, desprotecção, solidão, carência e

abandono. De facto, todas as adolescentes entrevistadas, mesmo estando insatisfeitas com alguns aspectos da institucionalização ou mesmo da instituição de acolhimento em concreto, fizeram uma apreciação global positiva.

3.2 Categorias relativas à percepção das adolescentes relativamente à instituição em que estão inseridas

Ambiente na instituição

Grande parte das adolescentes descreve o ambiente na instituição através da caracterização dos adultos, da caracterização das relações entre as crianças e as próprias adolescentes e através dos conflitos existentes. As Irmãs, técnicas e funcionárias são descritas como alegres, bem-dispostas e disponíveis: “São alegres, estão sempre disponíveis para nós, acho que isso é essencial”. Essas características são referidas (2/6) como sendo muito importantes e “essenciais” para quem vive numa instituição.

As relações entre as crianças e as adolescentes são referidas por todas as adolescentes como sendo boas: “é boa, damo-nos todas bem”. Esta percepção é suportada por vários aspectos, por exemplo, uma das adolescentes referiu que as crianças são muito divertidas, criativas e gostam muito de brincar, sendo estes aspectos percebidos como positivos para a relação entre as duas faixas etárias; outra das entrevistadas mais novas falou das adolescentes mais velhas como sendo comunicativas, apesar de mostrar alguma compreensão face às questões da adolescência: “Algumas são... assim com alguns problemas, próprios da adolescência”.

No que diz respeito aos conflitos, a maioria das adolescentes (5/6) reconhece que há zangas e conflitos, embora os considerem normativos: “às vezes há aquelas zangas, é normal”. Estes conflitos não afectam o ambiente geral vivido na instituição pois são, na maior parte das vezes, resolvidos, tendendo mesmo a ser desvalorizados pelas entrevistadas: “Dão-se muito bem, às vezes há algumas confusões mas depois trata-se e isso tudo”. Mesmo as adolescentes que referem a existência de conflitos significativos com uma determinada educadora afirmaram que gostavam do ambiente que se vivia na instituição, reforçando a ideia de que os conflitos existentes não têm impacto na forma como as adolescentes percebem o ambiente diário do lar. Uma das adolescentes refere mesmo que “não mudava nada no ambiente” que lá se vive.

Regras e castigos

A vida quotidiana dos jovens institucionalizados é geralmente controlada e organizada em vários momentos através de regras (Gomes, 2005). Todas – à excepção de uma entrevistada – dizem haver “muitas regras no Lar”. No entanto, as entrevistadas dizem que as regras, apesar de muitas, fazem sentido e apontam como principais razões o facto de estarem preparadas para fazerem várias tarefas domésticas quando saírem do Lar – já que uma grande parte dos castigos se prende com tarefas relacionadas com a limpeza e arrumação –, o facto de ser mais fácil ter sob controlo as 80 crianças da instituição ou sentirem que têm uma vida “organizada”. Deste modo podemos afirmar que algumas regras das instituições são reconhecidas como positivas e eficazes na organização da vida quotidiana dos jovens (Gomes, 2005). Quase todas as entrevistadas (4/6) referiram que mudavam alguma regra na instituição; a generalidade das mudanças incidia em poder ver televisão até mais tarde ou usar o telemóvel. Estes pormenores mostram que, em algumas situações, as regras podem ser demasiado uniformizadas e não se adaptar à idade dos

adolescentes e ao seu perfil psicológico. De certo modo, as regras seguem o interesse da ordem geral, do bom funcionamento da instituição e não das necessidades específicas dos adolescentes (Gomes, 2005).

As saídas são também um tema abordado pela maioria das adolescentes (5/6) quando se fala de regras e castigos. As adolescentes só podem sair acompanhadas pelas mais velhas o que, segundo as adolescentes, acentua as diferenças entre viver num lar ou numa família. No entanto, esta limitação é, mais uma vez, considerada justa por quatro das adolescentes, devido à dificuldade em controlar todas as crianças se estas pudessem sair livremente.

Quanto aos castigos, as opiniões dividem-se entre castigos justos e injustos. Há alguns castigos percebidos como injustos por parte das adolescentes, como por exemplo pôr a mesa do refeitório para toda a gente durante dois meses (3/6). No entanto, a maioria refere que os castigos são justos, necessários e “são iguais aos de uma vivência em família”. Os castigos variam consoante a asneira cometida, são aplicados pelas Irmãs e, grande parte das vezes, estão relacionados com tarefas de limpeza e arrumação do lar, como já foi anteriormente referido.

Assim, no geral, as adolescentes consideram que estas regras fazem sentido e que mudariam pouca coisa, pois acham que são importantes, embora às vezes esta rigidez lhes custe: “... quando vêm para aqui adolescentes, elas vêm de bairros e isso...é um bocado difícil...são muito malcriadas e isso... e tinha-se que ser mais exigentes com ela senão ela ficava para sempre mais malcriada e isso...”. As entrevistadas referiram também que, em certas situações, as regras deveriam ser mais flexíveis. No geral, o excesso de regras imutáveis pode gerar, nos adolescentes institucionalizados, o sentimento de que existe pouca margem de negociação consoante o contexto, resultados estes encontrados por Gomes (2005).

Relações privilegiadas

As adolescentes afirmaram que existem relações privilegiadas dentro da instituição, ou seja, que as Irmãs ou técnicas lidam com as menores de forma diferente, por diferentes razões. Na opinião das adolescentes, estes privilégios manifestam-se na maior atenção e preocupação dada a algumas pessoas, na atribuição da razão dada à adolescente privilegiada quando há conflitos entre as adolescentes – “se houver algum problema, a razão acaba por sair do lado dela” – e em benefícios, tais como permitir saídas ou a participação em actividades, por exemplo, frequentar um ginásio.

Algumas adolescentes (3/6) mencionaram que as atitudes das Irmãs e técnicas são contrárias à mensagem que elas próprias passam, emergindo uma mensagem dupla e contrária, em que “...elas dizem que nós somos tratadas de maneira igual mas no fundo, no fundo, nunca somos tratadas de maneira igual”. Outras referem: “Sou tratada igual...”; “como as irmãs dizem somos todos iguais...”.

É de salientar a flexibilidade e compreensão manifestada por parte das entrevistadas, em certos casos, pois estas legitimam alguns privilégios, ou seja, acham que “não tem mal” pois estes privilégios, grande parte das vezes, deve-se ao facto das pessoas favorecidas serem mais novas – “por causa de serem mais novas e precisarem de uma ajuda maior” –, terem passados difíceis – “Há aqui raparigas que têm um passado mais difícil e que as Irmãs têm de dar mais atenção (...) e isso...” – ou estarem doentes – “quando alguém está doente ou assim...deve ter mais atenção”. Nestas situações, as adolescentes aceitam e concordam com a atenção especial dada pelas Irmãs e técnicas da instituição.

Fuga

Relativamente à fuga, que é apontada como uma característica associada aos indivíduos institucionalizados (Gomes, 2005), a maior parte das adolescentes (5/6) referiu já ter sentido o desejo de fugir, sendo os principais motivos apresentados a vontade de voltar para perto da família – “queria ir ter com a minha família” – e os conflitos dentro da instituição (entre as adolescentes e, também, entre Irmãs e adolescentes – “Chateei-me com a minha melhor amiga daqui, resmunguei com as Irmãs e elas também comigo, eu enervei-me, fui para o meu quarto e apeteceu-me, deu-me a vontade de sair daqui...”. Contudo, aquando da realização da entrevista, estas mencionaram que não sentem actualmente essa necessidade, que não querem fugir da instituição.

As adolescentes contaram algumas histórias de outras adolescentes que tentaram fugir, mas a maior parte refere que, apesar de já ter tido vontade, acabou por não concretizar o plano de fuga – “planeei mesmo, só que acabei por não o fazer” –, havendo duas adolescentes entrevistadas que já o tentaram – “tentei fugir uma vez, mas apanharam-me”; “elas foram dizer às Irmãs e tal e eu fui...fui apanhada”. Assim, a fuga é descrita como uma forma de esquecer e de afastar os problemas do momento – “quando eu tinha imensos problemas...e pensava que fugir era a única solução”.

Este desejo e/ou tentativa de fuga leva-nos a reflectir sobre a dificuldade de estar institucionalizado e os motivos que levam estas adolescentes a pensarem na fuga, pois os menores institucionalizados apresentam, na sua história de vida, um maior número de situações adversas, em comparação com o que seria esperado para a sua idade. Estes adolescentes nem sempre contam com uma rede de suporte familiar para os auxiliar na resolução de problemas e conflitos, por vezes verifica-se também um défice ao nível das competências no domínio pessoal e social, o que pode aumentar a gravidade ou intensidade dos próprios problemas – e levar os adolescentes a quererem fugir, não encontrando outra alternativa de resolução das suas dificuldades.

As adolescentes têm a percepção de que actualmente a fuga é algo que não acontece nesta instituição: “Acho que essa época, era a época mais das pessoas fugirem porque agora ninguém foge, não sei porquê.”; “Não sei, se calhar as pessoas daquela época eram pessoas mais rebeldes, revoltadas”. Este é um aspecto interessante que pode ser explorado e que se prende com a influência dos modelos de comportamento dentro da instituição e com o facto de se poderem identificar tendências em diferentes momentos da vida da instituição.

3.3 Percepções que as adolescentes têm das representações da comunidade sobre a instituição e sobre o fenómeno de institucionalização

Discriminação

Num primeiro momento após a colocação desta questão, a maioria das entrevistadas refere não sentir nenhum tipo de discriminação (5/6). No entanto, com o decorrer da conversa, grande parte das entrevistadas declarou já ter sido vítima de discriminação negativa. Nos casos que analisámos, essa discriminação era feita pelos colegas de turma (sendo o “gozo” a principal forma de discriminação), pelas professoras ou pelas pessoas em geral que não vêem os adolescentes institucionalizados da mesma forma que vêem os outros adolescentes.

Os comportamentos de discriminação por parte dos colegas de escola podem assumir diversas formas, desde o bater até à ameaça, ao insulto ou à difamação, traduzindo uma intenção deliberada de magoar física e/ou psicologicamente alguém que se encontra numa situação indefesa (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005). De facto, algumas adolescentes mostram receio em assumir que se encontram numa instituição pois temem a discriminação e, naturalmente, aquela que é feita pelos seus pares devido ao desconforto que isso provoca num contexto que terão de enfrentar diariamente. Outras manifestam total à vontade com esta questão: “Não, não tenho problema nenhum” (em dizer que é de um lar).

A discriminação positiva é referida por uma das entrevistadas que menciona o facto de os professores destacarem as adolescentes do Lar como um exemplo de comportamento dentro da turma. Uma das adolescentes referiu sentir que “No 6.º ano antes gozavam-me... nós não dizíamos asneiras nem nada disso e eles diziam “ei que betinhas! Andam num colégio, só podiam ser betinhas!”, o que é curioso, pelo facto de o motivo do gozo incidir no comportamento socialmente adequado e não no contrário. Este resultado revela-se oposto ao que é referido no relatório elaborado pelo Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa (2005) sobre o acolhimento de crianças em risco, onde é dito que os alunos institucionalizados são mais facilmente apontados como focos da indisciplina escolar.

A maioria das adolescentes considera que a comunidade olha para os adolescentes institucionalizados como adolescentes “normais”, “iguais” aos outros adolescentes (5/6). No entanto, é referido por uma das entrevistadas que a comunidade vê este tipo de adolescentes como uns “coitadinhos”, facto este que gera sentimentos negativos na adolescente em questão. Este rótulo de “crianças abandonadas” ou “os coitadinhos” é também referido por Leite e Schmid (2004) e está associado tanto a consequências negativas para os jovens, como ao sentimento de estigma.

4. Conclusões

Ao longo das entrevistas, percepcionámos algumas incongruências nas respostas das adolescentes (e.g. relativamente às regras, numa altura responderam que deveria haver menos regras e, algum tempo depois, consideraram que não haveria nada a mudar). Consideramos que estas contradições se possam dever a dois factores: por um lado, por as entrevistadas se encontrarem na adolescência, sendo este um período já caracterizado pelo pensamento e discurso, muitas vezes, ambivalente por parte dos adolescentes; e, por outro lado, pareceu-nos que, por vezes, as próprias adolescentes têm um discurso “formatado” pelas vivências da instituição, deixando por vezes transparecer aquilo que a instituição lhes incute e, noutras alturas, aquilo que elas realmente pensam/sentem. Isto não significa que o discurso seja pouco verdadeiro, os factos apresentados levam-nos a acreditar que o seu discurso pode significar uma manifestação de um desejo, sincero, de integrar e interiorizar as normas da instituição – sendo este um mecanismo de adaptação e protecção.

No que diz respeito às normas, regras e castigos, embora as adolescentes entrevistadas considerassem que alguns destes factores deveriam ser alterados pois são muito exigentes, mencionam que todos estes aspectos, tal como se encontram, são importantes para o seu desenvolvimento e crescimento pessoal, pois através destes, adquirem valores fundamentais como segurança, estabilidade, organização, permanência e competências para a vida futura, que se revelam particularmente importantes para estas adolescentes.

Da literatura revista, verificamos que a maioria dos artigos transmite uma conotação negativa da institucionalização, o que é divergente com os resultados encontrados no nosso estudo. O que nos pareceu mais interessante, no estudo que realizámos, foi o facto de constatarmos que em estudos semelhantes ao nosso, em que as mesmas categorias foram abordadas, com perguntas e questões semelhantes e, por vezes, iguais, obtivemos respostas diferentes e, até, opostas.

Uma das limitações deste estudo prende-se com o facto de as entrevistas terem sido realizadas apenas a seis adolescentes, todas elas do sexo feminino, e numa única instituição, o que não permite a generalização dos resultados a outros contextos e amostras. No entanto, enquanto estudo essencialmente indutivo, que pretende trazer novas pistas para a compreensão do fenómeno da institucionalização, tal como é percebido pelos principais actores, há questões que beneficiarão de um estudo mais aprofundado no futuro. Desde logo, a identificação de factores de sucesso e de insucesso na institucionalização de crianças e jovens em risco. No que diz respeito a variáveis relacionadas com o funcionamento das instituições, podemos colocar diversas questões: como deve ser feito o acolhimento e a integração numa instituição; qual o papel das regras e castigos; qual o grau de liberdade e autonomia adequado; como deve ser assegurado o suporte afectivo a estes jovens; qual deve ser a hierarquia de valores a ser transmitida; como devem ser as rotinas do dia-a-dia; que tipo de relações deve estabelecer a instituição com a envolvente externa. Será interessante entrevistar adultos com história anterior de institucionalização, no sentido de identificar o que constitui factor de sucesso e de insucesso, partindo das histórias de vida dos próprios sujeitos.

Através do olhar de seis adolescentes institucionalizadas há quase dez anos, este artigo traz uma visão nova e mais positiva sobre o fenómeno e a experiência de institucionalização, o que alerta para a necessidade de repensar as representações e estereótipos associados a esta realidade. Apesar de haver ainda muito trabalho a realizar nesta área, há diversas publicações que nos falam de um tópico importante: medidas para melhorar os modelos de intervenção e as estratégias de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco (Valle & Zurita, 2000; FICE International, SOS-Kinderdorf International & IFCO, 2007). Devem ser criadas condições de acolhimento adequadas, do ponto de vista biofisiológico, sem esquecer o relacionamento interpessoal. É, também, de extrema relevância o acompanhamento especializado de crianças e jovens durante e após a sua institucionalização, bem como das suas famílias, no caso de existirem (Silva, 2004). As conclusões destes estudos são pertinentes, na medida em que apontam alguns caminhos no sentido de tornar o acolhimento institucional uma resposta com cada vez mais probabilidades de sucesso.

Talvez as instituições não sejam nunca melhores do que uma boa família, mas muitas delas, desde que reúnam condições materiais e relacionais razoáveis, são, com frequência, preferíveis a uma vivência num contexto de família natural, de rua ou outro inadequado (Valle & Zurita, 2000).

Notas Finais

¹ Amostra constituída por 2979 crianças e jovens.

² Amostra constituída por 5264 crianças e jovens.

³ Amostra constituída por 99 crianças.

5. Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios familiares* (3a ed.). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. M. (2002). "Como pássaros em gaiolas"? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol. 2 – Crianças (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Chapman, M., Wall, A., & Barth, R. (2004). Children's voices: The perceptions of children in foster care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74(3) 293-304.
- Colton, M., Drakeford M., Roberts, M., Scholte, Casas, F., & Williams, M. (1997). *Child welfare and stigma. Principles into practice. Childhood*, 4, 265-283.
- Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa (2005). *Casa Pia de Lisboa: Um Projecto de Esperança – As estratégias de acolhimento das crianças em risco*. Cascais: Principia.
- Delfabbro, P., Barber, J., & Bentham, Y. (2002). Children's satisfaction with out-of-home care in South Australia. *Journal of Adolescence*, 28, 523-533.
- Doron, R., & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia* (1a ed.). Lisboa: Climepsi.
- FICE International, SOS-Kinderdorf International, & IFCO (2007). Quality4Children Standards for Out-of-Home Child Care in Europe [Em linha]. Disponível em: http://www.quality4children.info/ps/tmp/q4c_docudb/Q4C_bw.pdf. [Consultado em 15/12/2007].
- Gardner, H. (1996). The concept of family: Perceptions of children in family foster care. *Child Welfare*, 75, 161–182.
- Gomes, M. P. (2005, Coord.). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais do ISCTE.
- Legault, L., Anawati, M., & Flynn, R. (2006). Factors favoring psychological resilience among fostered young people. *Children and Youth Services Review*, 28, 1024-1038.
- Leite, L., & Schmid, P. (2004). Institutionalization and psychological suffering: Notes on the mental health of institutionalized adolescents in Brazil. *Transcultural Psychiatry*, 41(2), 281-293.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.
- McKenzie, R. B. (2000, Ed.). *Rethinking orphanages for the twenty-first century*. California: Sage.
- Silva, M. H. D. (2004). Crianças e jovens a cargo de instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis. In M. H. D. Silva, A. C. Fonseca, L. Alcoforado, M. M. Vilar, & C. M. Vieira (Eds.), *Crianças e jovens em risco: Da investigação à intervenção* (pp. 83-113). Coimbra: Almedina.
- Valle, J. F., & Zurita, J. F. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ed. Pirámide.
- Youngleson, M. (1973). The need to affiliate and self-esteem in institutionalized children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26(2), 280-286.